

GOVERNE A
OPOSIÇÃO...*Raul Pilla*

HÁ-DE perdoar-me o «Correio da Manhã», se, tomado por tarefas urgentes, tardei com a minha resposta às considerações do seu editorial «A reforma inadiável».

Concorda o grande jornal em que o país necessita urgentemente de reformas. Parece não chegar a admiti-las por uma revolução, se outro caminho não houver, mas lhe reconhece a necessidade.

Relega, entretanto, a reforma política. Não dá grande importância a «reformas moralizantes». Parece tudo reduzir ao problema económico, especialmente a carestia. A própria imoralidade reinante na vida pública é consequência do desnível entre a riqueza de uma minoria e a pobreza de muitos.

Embora sem incidir no erro do materialismo histórico, não se pode deixar de admitir que a prosperidade geral e, principalmente, uma equitativa distribuição de riqueza favorece a moralidade pública. Mas a recíproca é ainda mais evidente. Não pode haver prosperidade geral, quando o poder público se torna instrumento de espoliação de muitos e enriquecimento de poucos. Ai, sim, a vida pública «transforma-se num expediente». E, se fôsse possível produzir mais com governos imorais e corruptos, tal produção apenas concorreria para ainda maior tornar o desnível entre a riqueza de poucos e a pobreza de muitos.

Assim, evitar a reforma política sob a alegação de que o importante é o bem-estar geral, é fugir ao problema essencial, do qual todos os outros dependem. Disto é o próprio «Correio da Manhã» quem dá uma impressionante demonstração. Levou êle meses a clamar por uma reforma do ministério. Por que? Porque era o meio de corrigir a desastrosa política económica. Conseguiu-o? Não, porque a substituição de alguns ministros, inclusive o da Fazenda, não alterou tal política. E por que não alterou? Porque a política no sistema presidencial depende exclusivamente do presidente da República e, para a modificar, mister seria, ou depô-lo, ou convertê-lo.

Mas isto não querendo, ou não podendo, que preconiza o autorizado órgão? Que a oposição, em vez de se desgastar na pregação de reformas meramente políticas, dedique as suas energias à tarefa de governar o país...

NOTA: Desta vez não é da revisão o erro. Distraí-damente escrevi, em meu último comentário, «de gustis», em vez de «de gustibus», como se «gustis» fôsse da segunda, e não da quarta declinação. Foi só ao ver o texto impresso, que percebi o engano. Aqui fica a retificação.